

**PATRIMÔNIO URBANISTICO DE SANTA LUZIA (MG):
roteiro guiado de História e Geografia como estratégia de educação antirracista na
educação básica**

**URBAN HERITAGE OF SANTA LUZIA (MG):
a guided History and Geography tour in basic educationas strategy for anti-racist
education**

Lauren Vitória Costa¹
Bruno Durão Rodrigues²

RESUMO

Este trabalho apresenta uma proposta pedagógica que utiliza o patrimônio urbanístico de Santa Luzia (MG) como instrumento de educação antirracista na Educação Básica. Tem como objetivo integrar os conteúdos de História e Geografia por meio de um roteiro guiado pelo centro histórico da cidade, estimulando a reflexão crítica sobre o racismo estrutural e o reconhecimento das contribuições das populações negras e escravizadas na formação urbana e cultural local. Adota metodologia interdisciplinar, baseada em pesquisa bibliográfica, levantamento de campo, mapeamento das edificações históricas e elaboração de um percurso educativo alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e à Lei nº 10.639/2003. Assim, o roteiro favorece a aprendizagem ao aproximar o conhecimento escolar das experiências locais, promovendo o pertencimento e a valorização da diversidade cultural. Conclui que o estudo do patrimônio urbano e da configuração espacial da cidade possibilita compreender Santa Luzia como um espaço vivo de memória, identidade e resistência, contribuindo para práticas educativas comprometidas com a igualdade racial, a valorização das identidades e a transformação social.

Palavras-chave: Educação antirracista; Patrimônio cultural; Santa Luzia; Ensino de História e Geografia.

ABSTRACT

This work presents a pedagogical proposal that uses the urban heritage of Santa Luzia (MG) as a tool for anti-racist education in Basic Education. Its objective is to integrate History and Geography content through a guided tour of the city's historic center, encouraging critical reflection on structural racism and the recognition of the contributions of Black and enslaved populations to local urban and cultural formation. It adopts an interdisciplinary methodology based on bibliographic research, field surveys, mapping of historic buildings, and the development of an educational route aligned with the National Common Curricular Base (BNCC) and Law No. 10,639/2003. In this way, the route enhances learning by bringing school knowledge closer to local experiences, promoting a sense of belonging and valuing cultural diversity. It concludes that studying the city's urban heritage and spatial configuration makes it possible to understand Santa Luzia as a living space of memory, identity, and resistance, contributing to educational practices committed to racial equality, the appreciation of identities, and social transformation.

Keywords: Anti-racist education; Cultural heritage; Santa Luzia; History and Geography teaching.

1 INTRODUÇÃO

A educação antirracista se forma como compromisso ético, político e pedagógico que visa promover justiça social e valorização das diversidades culturais. Esse comprometimento torna-se ainda mais necessário no Brasil, país marcado por desigualdades históricas, em que refletir sobre o racismo estrutural implica também revisitá a própria construção coletiva e política de seus espaços urbanos. Nesse contexto, o município de Santa Luzia, em Minas Gerais, guarda em sua herança cultural do patrimônio urbanístico elementos significativos para a compreensão das suas transformações no tempo e para a valorização de saberes e identidades muitas vezes invisibilizadas, como a contribuição das populações escravizadas na formação da cidade.

A proposta se apoia também na ideia de educação libertadora discutida por Hooks (1994), para quem o ensino deve constituir um espaço de diálogo e transformação. Compreendendo a sala de aula como um ambiente político e afetivo, a autora defende que a aprendizagem só é efetiva quando promove criticidade e liberdade intelectual. Assim, a prática educativa voltada ao combate ao racismo e à valorização das identidades culturais requer não só a propagação de conteúdo, mas também a construção coletiva do conhecimento e o reconhecimento das experiências dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

A partir dessa perspectiva, propõe-se um roteiro guiado pelo centro histórico da cidade, conectando os conteúdos de História e Geografia para alunos da Educação Básica, do Fundamental II e Ensino Médio, aliando a caracterização geográfica do espaço à contextualização histórica e patrimonial. A proposta busca explorar elementos arquitetônicos, urbanísticos e culturais presentes nas construções coloniais, igrejas, ruas, e monumentos públicos, permitindo aos estudantes observar a organização espacial, as transformações urbanas ao longo do tempo e os vestígios materiais da atuação de diferentes grupos sociais, incluindo populações escravizadas.

O percurso permitirá aos estudantes observar manifestações materiais do passado colonial e imperial, que possibilitam discutir as relações de poder, o uso do trabalho escravizado e os impactos da ocupação territorial no desenvolvimento econômico e social da região. Ao mesmo tempo, a visita orientada abre espaço para a problematização das narrativas hegemônicas, incentivando uma leitura crítica que reconheça a agência de grupos historicamente marginalizados e suas formas de resistência.

Além disso, o roteiro contribui para a percepção do patrimônio como documento vivo, que transmite memórias coletivas e revela disputas simbólicas em torno da construção das

identidades locais. Através desse diálogo entre passado e presente, espera-se fomentar o sentimento de pertencimento, estimular a consciência histórica e promover o respeito à diversidade cultural, princípios fundamentais de uma formação cidadã comprometida com os direitos humanos. Por fim, a proposta enfatiza o papel da escola como um espaço social fundamental para a democratização do conhecimento. Conforme destaca Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção. Ao integrar os conteúdos curriculares de forma interdisciplinar e contextualizada, se incentiva uma aprendizagem significativa, que estimula o pensamento crítico e reforça a compreensão de que o enfrentamento ao racismo deve ir além do discurso, e chega em práticas pedagógicas que valorizem a pluralidade, desconstruam estereótipos e contribuam para a transformação social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aponta como uma de suas competências gerais, a importância de valorizar os conhecimentos historicamente produzidos nas diferentes dimensões sociais e culturais, de modo a compreender a realidade e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva (Brasil, 2018). Essa diretriz estende a função social da escola, que deve incentivar o reconhecimento da diversidade cultural e enfrentar as desigualdades históricas que estruturam o país. Para isso, o ensino da História e da Geografia auxiliam na formação de sujeitos críticos, capazes de compreender os espaços e memórias que compõem o território em que vivem.

Essa proposta se articula diretamente à Lei nº 10.639/2003, que tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira em todas as instituições de educação básica, reconhecendo que o combate ao racismo também passa pela valorização das matrizes africanas e afrodescendentes na formação social, política e cultural do Brasil. Ao incorporar essa perspectiva, o ensino busca não apenas reparar apagamentos históricos, mas também promover uma reinterpretação crítica da própria construção do conhecimento escolar. Nessa direção, o diálogo com os estudos decoloniais torna-se essencial, já que eles propõem repensar os currículos e as narrativas históricas a partir de outras epistemologias, rompendo com a centralidade eurocêntrica e dando visibilidade às experiências e memórias silenciadas. Como observa Cunha Júnior (2022):

os movimentos sociais negros produziram, a partir de 1970, forte crítica à educação brasileira e denunciaram a história oficial como parte de um sistema de dominação, como arma ideológica do racismo antinegro estrutural. (Cunha Júnior, 2022, p. 99)

Sua análise indica que a revisão da história e da educação é um gesto político de reconstrução de identidades, que se relaciona diretamente com os princípios de uma educação decolonial e antirracista. Assim, práticas pedagógicas que aproximem o conhecimento escolar das experiências locais constituem formas concretas de materializar essas perspectivas teóricas.

À luz dessa discussão, trabalhar o patrimônio histórico e urbanístico e sua herança cultural de Santa Luzia, como recurso didático surge como caminho favorecido para concretizar tais princípios, pois permite transformar conteúdos abstratos em experiências vividas de aprendizagem, articulando conhecimentos de História e Geografia. Assim, as igrejas, casarões, ruas coloniais e outros espaços não são apenas símbolos estéticos, mas testemunhos de exploração, resistência e expressões de trabalhadores escravizados. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (2014),

[...]as políticas de preservação devem priorizar a construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes institucionais e sociais e pela participação das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais. Nesse processo, as iniciativas educativas devem ser encaradas como um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local, fazendo uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente. (IPHAN, 2014, p. 20)

Ao trazer essa concepção para o contexto escolar, o trabalho com o patrimônio de Santa Luzia permite que os estudantes se reconheçam como parte da história local e compreendam a cidade como um espaço vivo de memória, identidade e resistência. Desse modo, integrar a análise histórica e geográfica da localidade contribui para formar discentes conscientes da diversidade cultural, capazes de reconhecer desigualdades enraizadas e de se engajar em práticas educativas antirracistas.

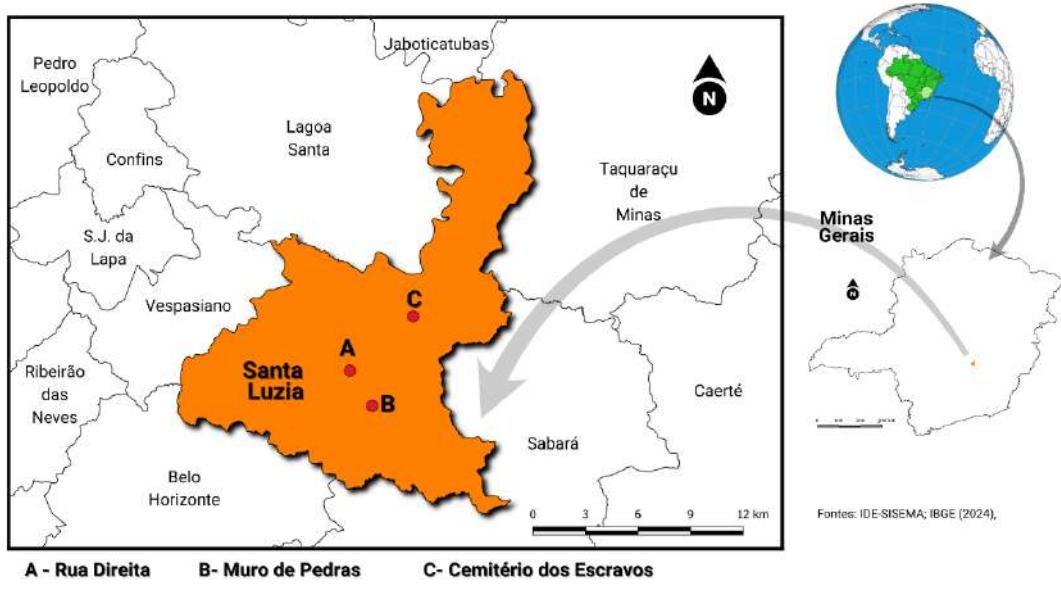
2.1 Santa Luzia

O município de Santa Luzia, situado na porção central estado de Minas Gerais, ocupa uma posição estratégica na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Localizado na porção centro-nordeste da RMBH e a aproximadamente a 25 km da capital mineira (de sede a sede municipal), faz limite a sudoeste com Belo Horizonte, a sudeste e a leste com Sabará, a nordeste com Taquaraçu de Minas, a norte com Jaboticatubas, a noroeste com Lagoa Santa e a oeste com Vespasiano (Figura 1). De acordo com IBGE (2025) a população total recenseada

em 2022 era de 219.132 pessoas, distribuídas em uma área de 235,079 Km², o que resultou em uma densidade demográfica de 931,66 hab/ Km². Por estar posicionalmente muito próxima à capital mineira (e no arranjo populacional de Belo Horizonte) e por ter proporcionalmente custos de vida mais baixos a ela, Santa Luzia apresenta conforme IBGE (2025) uma população estimada para 2025 de 230.382 pessoas, o que pode demonstrar um aporte populacional associado à busca de moradias próximas à capital com menor custo vital de manutenção. Em termos populacionais, Santa Luzia ocupa o 5º lugar na sua região geográfica imediata (total de 29 municípios), 13º lugar no estado (853 municípios) e o 143º lugar nacional (5571 municípios). A renda *per capita* para o ano de 2021 (IBGE,2025) foi de R\$ 23.863,19 e, conforme SEBRAE (2024) as principais atividades econômicas do município que geram maior quantidade de postos de trabalhos estão associadas ao comércio varejista (19,1%), transporte terrestre (13,2%) e fabricação de produtos alimentícios (10,4%).

A origem de Santa Luzia está atrelada ao ciclo do ouro iniciado em fins do século XVII e ao longo do XVIII, tendo como principal referência geográfica o Rio das Velhas, importante afluente do Rio São Francisco. A partir do Rio das Velhas o primeiro núcleo de povoamento em 1692, surge, vinculado aos remanescentes da bandeira de Borba Gato (1649-1734) inicialmente com a cata do ouro de aluvião às margens do Velhas. Segundo a Prefeitura Municipal de Santa Luzia (2023), em 1697, houve uma grande enchente, que obrigou a mudança do núcleo urbano para o alto de uma colina, que atualmente se encontra a igreja matriz do município. O nome Santa Luzia faz alusão à Luzia (ou Lúcia) de Siracusa, Itália, nascida no ano 283 e falecida em 304, por meio de uma execução brutal, que segundo a tradição católica, teve os seus olhos arrancados pouco antes da sua decapitação (BBC,2023). No povoado surgido às margens do Rio das Velhas, conta-se a história que um tropeiro encontrou em um banco de areia às margens do rio, a imagem da santa e, a partir dali teve as suas graças alcançadas, como a cura da sua visão. À Santa Luzia do Rio das Velhas são atribuídas outras graças de cura, desde os tempos da Capitania das Minas Gerais (Prefeitura de Santa Luzia, 2023).

Figura 1 – Localização do Município de Santa Luzia, Minas Gerais



Fonte: Autores (2025)

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do roteiro guiado em Santa Luzia, foi adotada uma abordagem interdisciplinar entre História e Geografia, articulando o estudo do acervo urbano à perspectiva da educação antirracista. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, consultando fontes sobre a história da cidade, a Revolução Liberal de 1842 e a escravidão local, além de obras acadêmicas sobre patrimônio cultural e práticas pedagógicas inclusivas. Essa etapa permitiu identificar evidências da participação das populações negras na construção da cidade, dinâmica da realidade local da época e contextualizar os marcos selecionados.

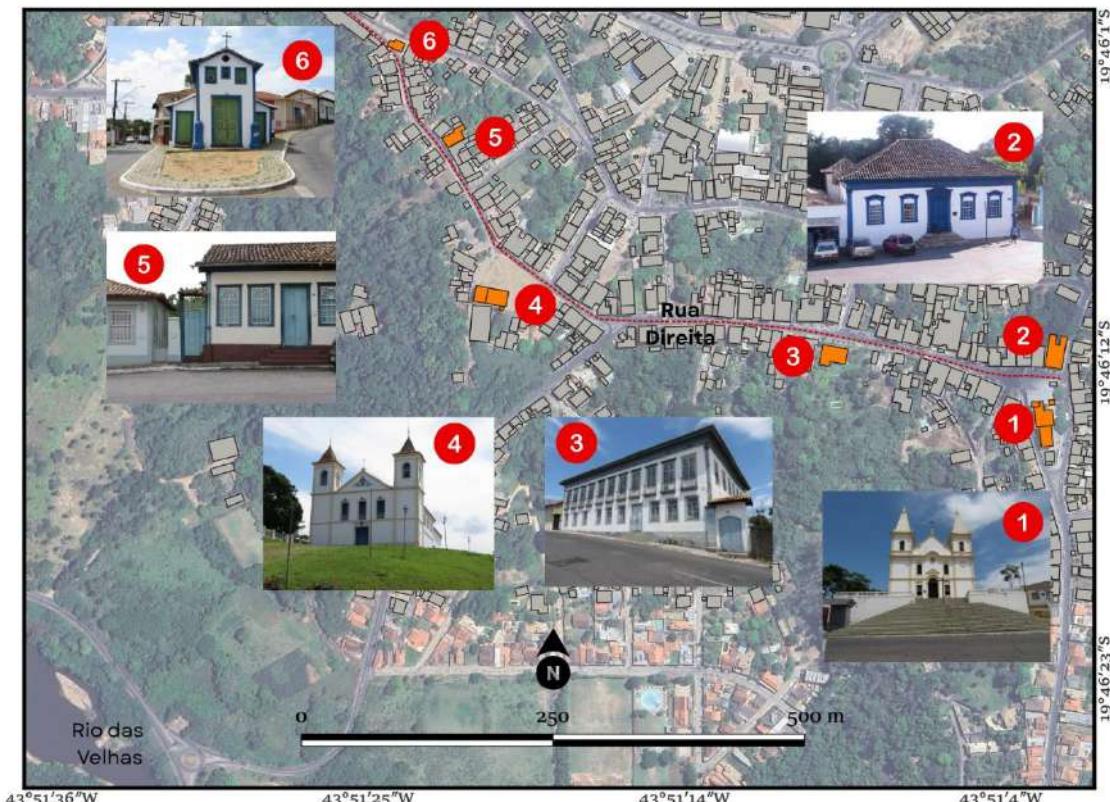
Procedeu-se à etapa seguinte, o levantamento de campo no centro histórico, com mapeamento das edificações da Rua Direita (A), área central do período colonial e tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) (Minas Gerais, 1988), e outros dois pontos de interesse, como o Muro de Pedras (B) e o Cemitério dos Escravos (C). Foram registrados aspectos das principais edificações e suas respectivas funções originais e transformações ao longo do tempo, assim como observações sobre o uso do espaço urbano e a circulação de pessoas. Paralelamente, desenvolveu-se a caracterização geográfica do território, por meio da elaboração de cartografia que identificou a localização das edificações e dos marcos históricos, relacionando-os à organização do espaço, e a distribuição do patrimônio construído por trabalhadores escravizados.

Os espaços selecionados para o roteiro foram analisados considerando sua relevância histórica, localização, formas arquitetônicas e usos sociais e vínculos com a história da cidade. A Igreja Matriz de Santa Luzia (1), situada na porção central, representa um marco religioso e administrativo do período colonial, ocupando área elevada e estratégica de observação para o rio e para o interior da cidade. Seu interior apresenta elementos característicos das igrejas coloniais, com ornamentações artísticas e talha em madeira revestida em ouro. O Museu Aurélio Dolabella (2), estando em edificação histórica em frente a matriz, tem a função de expor e conservar objetos e narrativas que auxiliam na compreensão da formação urbana e cultural da cidade, funcionando como ponto de mediação entre passado e presente.

Seguindo o percurso, o Solar da Baronesa (3), exemplar de arquitetura residencial elitizada do século XIX, se insere em lugar também privilegiado, revelando diferenciações socioespaciais e modos de vida associados às elites locais. A Igreja Nossa Senhora do Rosário (4), tradicionalmente associada às irmandades negras, apresenta estrutura arquitetônica simples, com fachada colonial, e ornamentação modesta, características que remetem aos espaços religiosos historicamente vinculados à população afrodescendente, que atuam nas formas de sociabilidade que contribuíram para a construção e consolidação da vida social luziense. A casa nº 101 (5) é uma edificação do século XIX e pertenceu ao tenente-coronel José de Oliveira Santos, que participou da Revolução Liberal de 1842. A última edificação da rua direita, a Igreja do Bonfim (6), construída em fins do século XVIII e início do XIX, possui arquitetura simples, composta por poucas aberturas, e elementos decorativos discretos, refletindo usos religiosos populares (Figura 2). Sua localização ao final do eixo histórico indica dinâmicas de expansão urbana e vivências comunitárias para além do centro administrativo e eclesiástico, evidenciando outras formas de apropriação e organização do espaço.

Já mais distantes da área central, encontram-se o Muro de Pedras (Figura 3) e o Cemitério dos Escravos (Figura 4), ambos protegidos por tombamento municipal (Santa Luzia, 2008). O Muro de Pedras, situado em um bairro atrás do centro histórico e próximo a antigas rotas de circulação, apresenta uma estrutura composta por blocos sobrepostos sem argamassa aparente, evidenciando técnicas construtivas vinculadas ao trabalho forçado de pessoas escravizadas e revelando a contribuição da mão de obra negra na formação da infraestrutura urbana e rural luziense. Já o Cemitério dos Escravos, implantado em área de fazenda, distante dos espaços de prestígio, constitui uma edificação em pedra, provavelmente erguida entre os séculos XVII e XVIII, com área aproximada de 150 m², evidenciando a segregação espacial e simbólica do período escravista e configurando-se como um lugar de memória e de reconhecimento de identidades subalternizadas.

Figura 2 – Detalhamento do roteiro da Rua Direita e Edificações do Percurso



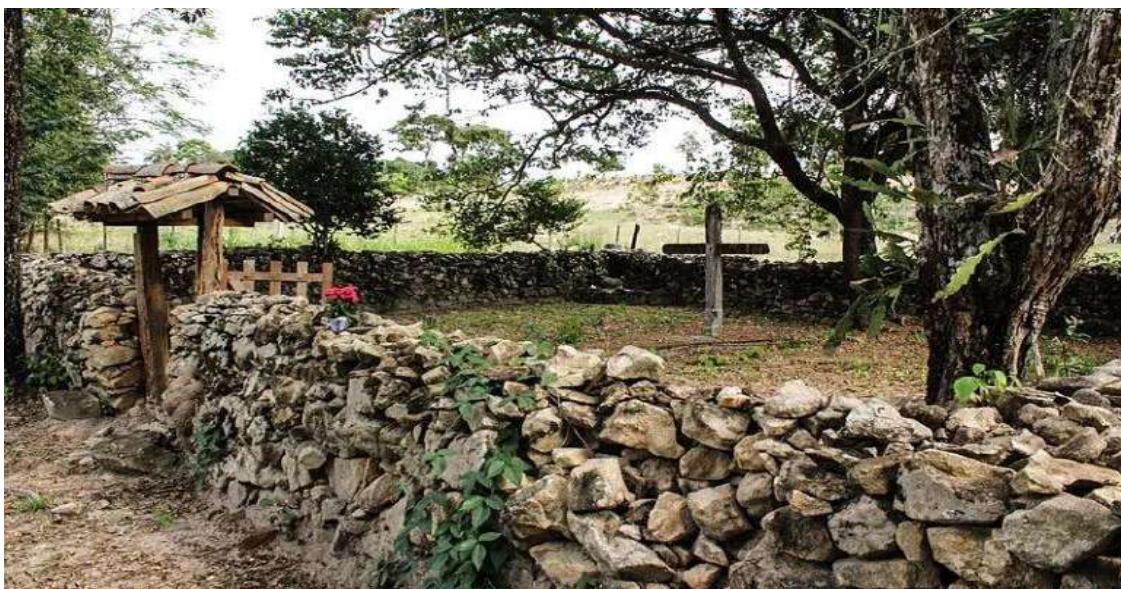
Fonte: Autores (2025). Leia Agora (2) (s/d).

Figura 3 – Muro de Pedras



Fonte: Autores (2025).

Figura 4 – Cemitério dos Escravos



Fonte: Brasil de Fato (s/d)

Com base nesse levantamento, tornou-se possível construir o roteiro pedagógico, estruturando o percurso e desenvolvendo o projeto educativo com informações históricas, descrições arquitetônicas e narrativas sobre a presença de populações escravizadas. O roteiro incluiu curiosidades e questões que estimulam o pensamento crítico dos estudantes, incentivando reflexões sobre desigualdade, racismo estrutural e a pluralidade de sujeitos que contribuíram para formar a cidade. Paralelamente, realizou-se a análise da (BNCC), identificando competências e habilidades de História e Geografia aplicáveis ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio, de modo a garantir a adequação pedagógica do percurso. Essa integração entre levantamento bibliográfico, observação de campo, cartografia e elaboração de roteiro pedagógico possibilitou uma prática educativa crítica e transformadora, articulando conhecimento teórico e prático e fortalecendo a perspectiva antirracista no ensino da História e da Geografia.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O roteiro pedagógico criado possibilita múltiplas abordagens educativas. No campo da História, ele permite discutir a Revolução Liberal de 1842 e analisar como a população negra e os trabalhadores escravizados contribuíram para a construção urbana, social e econômica de Santa Luzia, trazendo à luz suas trajetórias, ao longo de todo o processo. No campo da Geografia, o roteiro oferece ferramentas para compreender a organização do espaço da cidade, a distribuição das edificações históricas, as relações entre sociedade e território e a evolução da estrutura urbana ao longo do tempo.

Do ponto de vista da educação antirracista, o roteiro evidencia a participação de grupos historicamente marginalizados e possibilita que os estudantes reflitam sobre processos de exploração, resistências sociais e produção cultural. Ao caminhar pelos espaços coloniais e observar as marcas materiais da escravidão, o estudante é levado a reconhecer que o patrimônio urbano não é apenas um vestígio do passado, mas um registro vivo das desigualdades e das resistências que moldaram o presente. Nesse sentido, o roteiro se alinha à perspectiva da Educação Antirracista, ao propor uma leitura crítica do patrimônio e do espaço urbano como instrumento de combate ao racismo e de valorização das contribuições das comunidades negras para a formação da cidade. (Grinberg; Abreu; Mattos, 2019).

Assim, o projeto se alinha às orientações da BNCC e do IPHAN (2014), ao integrar o patrimônio cultural como instrumento pedagógico capaz de valorizar a diversidade e promover uma leitura crítica do território. Desse modo, a proposta não apenas amplia o olhar dos alunos sobre a história e a geografia de Santa Luzia, mas também contribui para a construção de uma educação comprometida com a igualdade racial, a valorização das identidades e a justiça social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção de um roteiro pedagógico em Santa Luzia, integrando História e Geografia, mostrou-se eficaz para fortalecer a educação antirracista e promover uma aprendizagem significativa e contextualizada. O estudo do patrimônio urbano e da configuração espacial da cidade permite compreender Santa Luzia como um produto das relações sociais, culturais e territoriais, evidenciando a contribuição da população negra escravizada na formação do espaço urbano e na construção de sua identidade.

A leitura geográfica, sustentada pelo mapeamento e pela análise da organização espacial, amplia a percepção dos alunos sobre o território como expressão das relações de poder, desigualdades e resistências que moldaram a cidade. Ao mesmo tempo, a abordagem histórica possibilita reconhecer os marcos materiais da escravidão e a presença de narrativas marginalizadas, promovendo a reinterpretação crítica do passado. Dessa forma, o roteiro favorece uma prática pedagógica interdisciplinar, que articula teoria e experiência, e contribui para o desenvolvimento de competências previstas na BNCC, reforçando o papel da escola como espaço de democratização do conhecimento, valorização da diversidade e combate ao racismo estrutural.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2003]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 7 nov. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.
- BRITISH BRAODCASTING CORPORATION (BBC). **Quem foi Santa Luzia, a mártir que se tornou padroeira dos olhos e da visão.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63905279> Acesso em: 3 nov. 2025.
- CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. História dos afrodescendentes: **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 232, p. 99-113, 1 jan. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GRINBERG, Keila.; ABREU, Martha; MATTOS, Hebe. História pública, ensino de história e educação antirracista. **Revista História Hoje**, v. 8, n. 15, p. 17–38, 2019. DOI: 10.20949/rhhj.v8i15.523. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/523> Acesso em: 7 nov. 2025.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama do Município de Santa Luzia, Minas Gerais.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/santa-luzia/panorama> Acesso em: 10 nov. 2025.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos.** Brasília: IPHAN, 2014.
- MINAS GERAIS. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA). **Resolução nº 15, de 24 de setembro de 1988.** Dispõe sobre o tombamento do Centro Histórico Santa Luzia. Belo Horizonte, MG, 1988.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. **Decreto nº 2.132, de 03 de novembro de 2008.** Tomba o Cemitério dos Escravos como patrimônio histórico e cultural do município de Santa Luzia. Santa Luzia, MG, 2008.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA. **História do Município de Santa Luzia, Minas Gerais** Disponível em: <https://www.cmsantaluzia.mg.gov.br/pagina/ler/1000/historia> 2023. Acesso em: 2 nov. 2025
- SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO e PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Observatório Setorial Territorial – Santa Luzia, Minas Gerais.** Disponível em: <https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/santa-luzia-3157807> Acesso em: 30 out. 2025.